

DESAFIOS E IMPACTOS DA OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE NO MUNICÍPIO DE CAPÃO DO LEÃO/RS

EDENILSON BATISTA DE OLIVEIRA¹; GABRIELITTO MENEZES²; MARIELEN
PRISCILA KAUFMANN³

¹ Universidade Federal de Pelotas – edenilson.oliveira@ufpel.edu.br

² Universidade Federal de Pelotas – gabrielito.menezes@ufoel.edu.br

³ Universidade Federal de Pelotas – marielen.kaufmann@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Durante os vinte anos de ditadura militar, os representantes da sociedade civil vinculados à agricultura familiar não encontraram espaço na esfera pública para discutir e construir, em conjunto com os gestores, políticas voltadas a essa categoria social (GRISA, 2018). Historicamente, a agricultura familiar, ou "pequenos agricultores", como eram denominados, sempre esteve à margem das ações do Estado brasileiro.

É amplamente reconhecido que uma alimentação saudável é indispensável para a população em geral, sendo ainda mais relevante no caso de crianças e jovens em idade escolar. A alimentação adequada é crucial para a promoção da saúde e do bem-estar desses estudantes, impactando diretamente no seu desenvolvimento físico e cognitivo. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desempenha um papel fundamental ao garantir o acesso a uma alimentação balanceada e saudável para milhões de alunos no Brasil.

O PNAE é considerado um marco nas políticas públicas alimentares devido à sua longa e contínua história, à abrangência do público atendido e às melhorias constantes, principalmente por suas interfaces intersetoriais (TRICHES, 2015). As primeiras iniciativas governamentais voltadas à alimentação e nutrição no Brasil remontam à década de 1930, quando a fome e a desnutrição foram reconhecidas como graves problemas de saúde pública (PEIXINHO, 2013). Criado em 1955, o programa inicialmente focava no combate à desnutrição infantil e na promoção da saúde escolar, passando por diversas modificações ao longo dos anos. Entre as mudanças mais significativas, destaca-se a descentralização da gestão e a incorporação de políticas de sustentabilidade, incluindo a compra de produtos da agricultura familiar. A principal inovação ocorreu em 2009, quando a Lei 11.947 estabeleceu a obrigatoriedade de que ao menos 30% dos alimentos adquiridos pelo programa fossem oriundos da agricultura familiar. A mesma legislação prioriza propostas de venda de grupos como assentados da reforma agrária, indígenas e quilombolas, com o objetivo de mitigar desigualdades sociais e econômicas.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o órgão responsável pela coordenação do PNAE, enquanto a execução do programa é realizada por estados e municípios. A gestão descentralizada oferece maior autonomia às escolas para a compra e distribuição dos alimentos. Nutricionistas elaboram os cardápios, seguindo diretrizes nutricionais que asseguram uma alimentação balanceada, com a inclusão de frutas, verduras e legumes frescos, o que só foi possível após a descentralização, permitindo a compra local.

Estima-se que, dos mais de cinco mil municípios brasileiros, os cem maiores recebam aproximadamente 30% dos recursos do PNAE. A descentralização, ocorrida em 1998, facilitou a transferência automática dos recursos, sem a necessidade de convênios, tornando os municípios responsáveis pela gestão da alimentação escolar (TRICHES, 2015). Os recursos utilizados para a alimentação

escolar provêm do governo federal e são repassados pelo FNDE, de acordo com o número de alunos matriculados na educação básica em cada município (SZINWELSKI et al., 2015).

A criação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é uma condição obrigatória para que os recursos do PNAE sejam repassados pelo FNDE aos municípios. Além disso, a presença de um nutricionista é exigida na execução do programa, o que tem aumentado o número de profissionais atuando nesta política ao longo dos anos. Rossetti, Silva e Winnie (2016) destacam alguns desafios na implementação do PNAE, como a falta de documentação dos agricultores familiares, problemas logísticos e infraestruturais, além de normas sanitárias inadequadas à realidade da agroindústria familiar.

No município de Capão do Leão (RS), a participação de produtores locais no fornecimento de alimentos ainda é limitada, havendo, portanto, um potencial para ampliação dessa comercialização (EMATER/RS). Este estudo analisará a operacionalização do PNAE no município, identificando impactos e desafios na execução do programa a partir do relato dos diferentes atores envolvidos. A integração da agricultura familiar ao PNAE promove o desenvolvimento sustentável, incentivando práticas agrícolas responsáveis e fortalecendo a economia local, com aumento na arrecadação de ICMS. Uma avaliação contínua e abrangente do impacto do PNAE é essencial para identificar oportunidades de melhoria e garantir a eficácia do programa.

2. METODOLOGIA

A pesquisa proposta é de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, sendo realizada por meio da aplicação de questionários estruturados aos diferentes atores envolvidos na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Capão do Leão (RS). Esse tipo de pesquisa permite descrever o fenômeno de maneira detalhada, ultrapassando a mera análise quantitativa ao considerar percepções e experiências dos participantes. Dessa forma, ela oferece uma base sólida para futuras investigações, fornecendo um entendimento mais profundo sobre a realidade estudada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa serão apresentados após a conclusão do estudo. Entretanto, antecipa-se que os achados poderão apontar caminhos viáveis para a ampliação do PNAE no município, especialmente a partir da socialização dos dados coletados. No âmbito social e ambiental, espera-se que a expansão do programa contemple uma proposta de alimentação saudável, priorizando o consumo de alimentos livres de agrotóxicos. No aspecto econômico, o objetivo é impulsionar a economia local, criando uma relação vantajosa tanto para os produtores quanto para os compradores. De um lado, as famílias produtoras terão maior viabilidade financeira para permanecer na terra, e, de outro, o poder público garantirá um retorno na arrecadação de ICMS. Na prática, essas ações podem contribuir para a redução do êxodo rural, assegurando a comercialização da produção agrícola e a obtenção de preços justos pelos produtos.

4. CONCLUSÕES

Comparado aos quase 20 países da América Latina que possuem programas de alimentação escolar, o PNAE se destaca pela sua cobertura universal e regularidade, além do foco na dinamização da economia local (Rossetti; Silva; Winnie, 2016). Apesar dos desafios, o programa tem apresentado resultados positivos e serve como um modelo bem-sucedido de políticas públicas na área de alimentação escolar. Investimentos contínuos e melhorias nas práticas de gestão são fundamentais para garantir seu sucesso a longo prazo. É responsabilidade dos diferentes atores envolvidos na implementação desta política pública identificar elementos que possam contribuir para a ampliação e o aprimoramento deste importante programa.

No contexto municipal da alimentação escolar, os principais atores diretamente envolvidos incluem agricultores, assistência técnica, secretarias de educação, conselhos de alimentação escolar (CAEs), merendeiras e alunos. Cada um desses atores desempenha um papel essencial na manutenção e execução do PNAE, e qualquer estudo sobre o programa deve considerar as percepções de todos eles.

De acordo com PINTO et al. (2024), o aprimoramento da infraestrutura e do ambiente alimentar, como a aquisição de utensílios adequados, a adaptação do modelo de distribuição de refeições, o investimento em treinamentos para manipuladores de alimentos e a elaboração de fichas técnicas de preparação, são aspectos relevantes para aumentar a adesão e aceitabilidade das refeições, promovendo a saúde no ambiente escolar. Por fim, o amadurecimento da discussão sobre desenvolvimento sustentável entre a sociedade civil é essencial para a efetivação do programa de alimentação escolar nos municípios.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm
Acesso em: 06 set. 2024.

GRISA, C. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 38, n. 1, p. 36–50, 10 out. 2018.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 909–916, abr. 2013.

PINTO, R. L. et al. Percepções de escolares e merendeiras sobre alimentação escolar: uma análise por grupos focais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 34, p. e34017, 22 abr. 2024.

ROSSETTI, F. X.; SILVA, M. V. DA; WINNIE, L. W. Y. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 23, n. 2, p. 912–923, 20 dez. 2016.

SZINWELSKI, N. K. et al. Implicações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Renda e Organização de Agricultores Familiares. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 5, n. 3, p. 220–239, 2015.

TRICHES, R. Repensando o mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. Em: [s.l: s.n.]. p. 182–200.